

O resultado incerto de negociações precárias

Os governos do Japão, do Canadá e da Inglaterra manifestaram "apoio pleno e irrestrito" ao programa de renegociação da dívida externa brasileira, virtualmente garantindo, com isso, o fechamento do famoso pacote esquematizado há mais de dois meses em Washington, durante a reunião do FMI. Há ainda, no entanto, obstáculos a serem superados.

De um lado temos essa viagem um tanto precipitada do ministro Delfim Neto e do presidente do Banco Central, Affonso Pastore, à Europa e ao Oriente Médio. O prof. Pastore manifestava nos jornais de ontem a expectativa de "engrossar a adesão ao jumbo", com cem milhões de dólares dos árabes e espanhóis.

Ora, isso dá a medida das dificuldades ainda existentes. Cem milhões de dólares é uma quantia que até uma empresa privada nacional é capaz de obter no Exterior. Se o ministro mais poderoso do nosso governo e o presidente do Banco Central têm ambos que se deslocar atabalhoadamente para conseguir um empréstimo que corresponde a menos de um décimo dos juros que nos são debitados a cada mês, é sinal de que ainda vivemos perigosamente.

Por outro lado, o Financial Times de Londres informava recentemente que muitos bancos particulares relutavam em confirmar sua adesão ao pacote, exigindo que antes o FMI lhes desse garantias formais de que as instituições financeiras de governos, particularmente o Eximbank e o Banco da Inglaterra, entrariam com suas respectivas parcelas.

Ao mesmo tempo, lá em Londres, numa reunião de importantes banqueiros internacionais, segundo a imprensa, patenteava-se franco ceticismo em relação ao caso brasileiro. Aliás, pouco diferente daquele que se manifesta aqui dentro mesmo. Os especialistas ingleses pensam que em março próximo o FMI constatará que o Brasil não teve condições de cumprir as intenções declaradas na sua quarta carta e terá de abrir negociações para um novo waiver. Em meados do ano que vem, segundo esses analistas, novo pacote de reciclagens terá de ser discutido com os bancos comerciais e governos. Enfim, um recomeço da mesma lengalenga que temos presenciado até agora.

Essa visão é em certa medida corroborada pela presença obviamente ansiosa, entre nós, de dois técnicos do FMI, a já conhecida profª Ana Maria Jull e seu companheiro de missão, Henri Ghesquière. O esforço oficial e oficioso para tornar desimportantes essas presenças não ilude ninguém. Sem estarmos presentes por trás das cortinas ou debaixo dos sofás dos gabinetes ministeriais, podemos ter certeza de que a dupla Jull-Ghesquière trata de obter respostas razoavelmente tranquilizadoras para a pergunta que qualquer jornalista brasileiro está fazendo a si próprio e às autoridades: em que se fundamentam elas, realmente, para acreditar que a inflação vai baixar? E se estiverem conseguindo dos interlocutores apenas os mesmos argumentos e raciocínios que os jornalistas obtêm, sem nenhuma elucidação concreta a respeito das medidas que o governo pretende tomar, não há dúvida de que a ansiedade nas hostes do sr. de Larosiére vai crescer muito.

Já dissemos em comentário anterior que, ao conceder um waiver ao Brasil, o próprio FMI estava pondo em jogo a sua reputação, pois um novo fracasso do Brasil, na tentativa de cumprir as metas acordadas, deixará a venerável instituição à mercê de críticas não apenas dos seus sócios, mas também de toda a comunidade financeira internacional. Não temos dúvida, portanto, de que a presença dos dois técnicos significa que o

FMI decidiu fazer marcação homem a homem, isto é, manter estreita vigilância sobre o dia-a-dia financeiro do nosso governo, para depois não ser surpreendido com imprevistos e ter de ouvir desculpas esfarrapadas ou inverificáveis. Por outro lado, podemos ter quase certeza, também, de que o FMI está, neste momento, exercendo forte pressão para que os outros participantes do pacote de apoio ao Brasil cumpram sua parte, uma vez que qualquer falha será pretexto para que o governo brasileiro se afaste das metas.

Ora, tudo isso configura uma situação que além de não proporcionar solução verdadeiramente válida, como já dissemos, pois não garante meios e espaço para que a economia brasileira volte a crescer — ao contrário, só garante o agravamento da crise social interna —, ainda se mostra excessivamente instável e precária. O enorme esforço para manter o pacote amarrado e fazê-lo funcionar a contento nos parece desproporcional aos eventuais benefícios que tanto o Brasil quanto seus parceiros dele possam retirar. É rematada tolice — para usar a expressão tão do agrado do ministro Delfim Neto — estarmos gastando praticamente toda a nossa energia política, diplomática e administrativa nessa amarração, sem sequer tentarmos enveredar, junto com os credores, por um caminho mais sólido, mais racional e mais gratificante a prazo médio e longo.

As condições para uma renegociação da dívida externa em termos que permitam desanuviar o horizonte, garantir-nos espaços internos para crescer, e até melhorar as relações com credores e investidores estrangeiros, estão amadurecendo a olhos vistos para todo mundo que acompanha o noticiário econômico internacional ou que tenha frequentes contatos com o Exterior. Só o nosso governo não dá mostras de perceber isso nem mostra sinais de existir, de tal modo que nos arriscamos à humilhação de os próprios credores terem de nos dizer que, do jeito que estamos negociando, as coisas jamais darão certo, para então proporem a fórmula que nos permita cumprir realmente nossos próprios compromissos.

É evidente que já não mais podemos, a esta altura, imputarmos essa falta de percepção aos nossos bisonhos negociadores. Até eles já devem ter percebido, neste momento, que não estão caminhando para qualquer solução, mas apenas trocando de problemas. A verdadeira omissão é daqueles que detêm autoridade maior e pensam que a imagem de um estadista é formada por fotografias de jornal. Por isso, em vez de falar grosso onde devem e com quem devem, preferem descompor fotografos e erguer dedos para narizes errados.